

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026.

Data e horário: Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 8h00, na sede do instituto. Presentes estavam: ADELSON CHAVES DOS SANTOS e NARA MARTINS MORETTI representantes dos servidores ativos, ELIETE MARIA DA SILVA, representante dos servidores inativos, ADEMIR PEREIRA, representante do Poder Executivo e REGINALDO APARECIDO NAVES representante do Poder Legislativo.

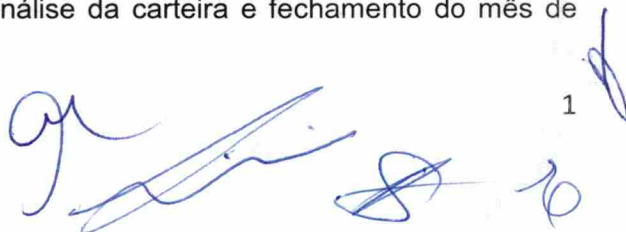
Ordem do dia:

1. Aprovação da ata de reunião anterior
2. Análise da ata do Conselho Administrativo
3. Aprovação da ata do Comitê de Investimento.
4. Análise dos Processos de empenho e carteira de invest. referente ao mês de Abril de 2026.
5. Conhecimento dos processos de aposentadoria e pensões do mês de Abril de 2026.
6. Assuntos diversos.

Item 1º da ordem do dia. Procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior do Conselho Fiscal, a qual foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas.

Item 2º da ordem do dia. Não foi analisada a ata referente ao mês de Abril do Conselho Administrativo, uma vez que não foi disponibilizada no site da Pauliprev, até o momento desta reunião.

Item 3º da ordem do dia. Foi recebida a Ata nº 04 de 2026 do Comitê de Investimentos que tratou do cenário econômico de Abril de 2026, bem como da análise da carteira e fechamento do mês de março.



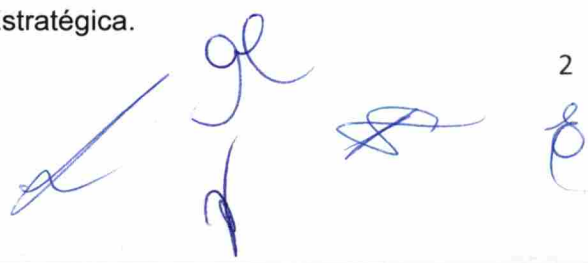
1

O Conselho Fiscal observou que o Comitê apresentou a posição da carteira real da Pauliprev, com base nas informações consolidadas de administradores e gestores, no montante de R\$ 2.050.222.507,51 referente ao fechamento do mês de Março representando evolução em relação ao mês anterior, quando a carteira totalizava R\$ 2.040.553.628,03 evidenciando crescimento patrimonial consistente.

No tocante ao cenário econômico, o Comitê apresentou uma análise detalhada com base em relatórios de mercado e no Boletim Focus do Banco Central, destacando a continuidade do processo de deterioração das expectativas inflacionárias. A mediana das projeções para o IPCA de 2026 subiu de 4,80% para 4,86%, alcançando 4,89% no fechamento de abril. Essa trajetória é fortemente influenciada pela elevação recente dos preços internacionais do petróleo após o início do conflito com o Irã no Oriente Médio, além da projeção de crescimento do PIB ajustada para 1,85% em 2026 e a expectativa para a Taxa Selic ao final do ano revisada para 13,00% pelo mercado, estando atualmente fixada em 14,50% após o Copom adotar passos mais cautelosos de 25 pb.

A carteira de investimentos mantém uma trajetória de crescimento consistente, consolidando o seu posicionamento acima da marca dos dois bilhões de reais ao atingir o montante regulamentar de R\$ 2.080.825.016,83 ao final de março. O resultado representa uma evolução patrimonial positiva de R\$ 9.013.343,23 em relação ao mês anterior, com uma rentabilidade consolidada de 0,56% no mês de março. Em relação aos segmentos específicos, os fundos líquidos alcançaram o saldo final de R\$ 1.975.285.459,98, tendo registrado aplicações de R\$ 1.965.226.860,35, resgates de R\$ 22.376.444,13 e rendimento líquido mensal positivo de R\$ 12.589.138,43. Por sua vez, os fundos ilíquidos encerraram com saldo de R\$ 105.539.556,85, registrando uma variação negativa de R\$ 1.042.887,88 no mês, sendo que, dentro deste segmento, o fundo Piata FI RF LP Prev Crédito Privado registrou saldo final de R\$ 544.123,56. No fluxo de caixa consolidado de março, que engloba a totalidade da carteira, as aplicações somaram R\$ 19.845.905,33 contra resgates totais de R\$ 22.378.812,71, gerando um rendimento positivo nominal de R\$ 11.546.250,55 para o período.

No tocante ao fluxo de caixa por recebimentos de longo prazo, o Instituto lembrou o ingresso ocorrido em fevereiro de R\$ 39.092.200,11 em amortizações de juros por meio de cupons semestrais de títulos públicos federais NTN-B, sendo R\$ 24.451.970,84 referentes à carteira própria e R\$ 14.640.229,27 vinculados a recursos de aporte. Adicionalmente, em 13 de março de 2026, foi recebido o rendimento de R\$ 2.368,58 proveniente do fundo Infra Real Estate FII, montante este que foi integralmente aplicado no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica.

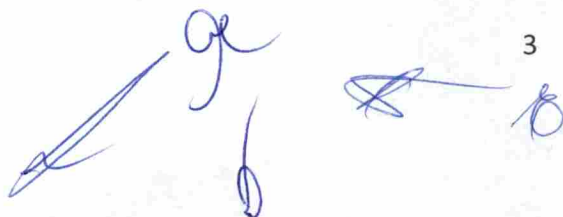


2

Durante a reunião, a conselheira Eliete Maria da Silva realizou questionamentos pontuais sobre a atuação em assembleias e os fatos relevantes reportados. Primeiramente, identificou-se a existência da Assembleia Geral de Cotistas do Infra Setorial FIP Multiestratégia que solicitava a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em março de 2025, ocasião em que o Comitê de Investimentos da Pauliprev optou pelo voto de abstenção devido à ausência de documentos suficientes para formalizar este tipo de aprovação. Em seguida, a conselheira questionou sobre o reajuste positivo de 0,8399% ocorrido no fechamento de fevereiro na carteira do W7 Fundo de Investimento em Participações, decorrente do Laudo de Avaliação Econômico-Financeira do ativo W7BZ Holding S/A. O conselheiro Adelson Chaves dos Santos respondeu que, embora a reavaliação pontual tenha sido positiva, o comitê mantém cautela e não acredita no sucesso na recuperação do valor investido. Já em relação ao FIP Gestão Empresarial, que registrou uma drástica variação negativa de 218,30% na precificação das cotas no fechamento de fevereiro em razão da atualização do valor da investida SEED, Adelson destacou que o comitê avalia que este fundo, também dificilmente contará com recuperação. Ele explicou que o patrimônio líquido do fundo passou a ser negativo, apresentando uma dívida de R\$ 1,246 milhão devido a despesas corporativas relevantes, ausência de geração operacional por sua característica de holding e à constituição de provisão significativa para perdas judiciais.

Considerando o crescimento nominal da carteira, a conselheira Nara Martins Moretti questionou qual seria o rendimento real da mesma, já que boa parte da variação se deu por valorização contábil das cotas de fundos. O conselheiro Adelson explicou que os rendimentos da carteira sempre irão oscilar devido à marcação a mercado e à valorização ou desvalorização dos ativos, sendo que somente os Títulos Públicos federais indexados podem, de fato, assegurar um rendimento real previsível e proteção inflacionária no longo prazo. Adelson acrescentou ainda que, considerando as aplicações em março de quase R\$ 20 milhões frente a resgates de cerca de R\$ 22 milhões, foi necessário utilizar a sobra dos recursos dos meses anteriores ou os rendimentos da própria carteira do mês para cobrir a diferença, expondo, por fim, que com o número de servidores aposentados crescendo continuamente, a tendência natural do Instituto é aumentar o volume de resgates para o pagamento de benefícios.

De modo geral, a análise demonstra que a carteira de investimentos do Instituto mantém uma composição diversificada entre renda fixa com 84,03%, renda variável com 12,65%, fundos estruturados com 2,29% e ativos imobiliários com 1,03%, em estrita conformidade com os limites da regulamentação vigente e da Resolução CMN nº 5.272/2025. O portfólio mantém sua trajetória acima do patamar de dois bilhões de reais, o que evidencia a solidez das estratégias adotadas e a



3

The first part of the paper discusses the importance of the study and the objectives of the research. It also mentions the scope of the study and the limitations. The second part of the paper discusses the methodology used in the study. It mentions the data sources and the data collection methods. The third part of the paper discusses the results of the study. It mentions the findings and the conclusions. The fourth part of the paper discusses the implications of the study. It mentions the practical implications and the theoretical implications. The fifth part of the paper discusses the future research. It mentions the areas for further research and the suggestions for future studies.

The study was conducted in a systematic and rigorous manner. The data was collected from a large sample of participants. The results of the study are presented in a clear and concise manner. The findings of the study are discussed in detail. The implications of the study are discussed in detail. The future research is discussed in detail. The study is a valuable contribution to the field of research. It provides a comprehensive overview of the topic. It also provides a detailed analysis of the data. The study is a model for future research. It is a valuable resource for researchers and students alike.

capacidade da gestão de preservar o patrimônio mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador e de elevada incerteza.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE E ENQUADRAMENTO PERANTE A RESOLUÇÃO 5272/2025, ABRIL - 2026

Administrador	Fundo	PL	Categoria	%	Limite	Enquadramento
SANTANDER	DI INST PREMIUM (PREVIDENC.)	R\$ 50.869.860,18	Renda Fixa	9,85%	80%	Artigo 7º, V Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa/ETF sem Crédito Privado
SANTANDER	DI INST PREMIUM (ADM)	R\$ 19.229.491,28	Renda Fixa			
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FOR)	R\$ 23.847.144,79	Renda Fixa			
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FINANCEIRO)	R\$ 11.185.222,32	Renda Fixa			
BANCO BRASIL	BB PREVID RF PERFIL	R\$ 86.755.142,40	Renda Fixa			
RJI	TIU IMA B FIRF	R\$ 2.741.146,01	Renda Fixa			
PLANNER	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 1.752.415,15	Renda Fixa			
RJI	TOWER II RF FI IMA-B 5	R\$ 9.230.178,96	Renda Fixa	9,43%	100%	Artigo 7º, I Fundo 100% Títulos Públicos ETF TPTN
RJI	TOWER RF FI IMA-B 5	R\$ 1.569.962,41	Renda Fixa			
						Total R\$ 207.000.563,50
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL G. ESTRATEGICA	R\$ 120.667.304,97	Renda Fixa	9,43%	100%	Artigo 7º, I Fundo 100% Títulos Públicos ETF TPTN
BANCO BRASIL	BB PREV RF RET TOTAL	R\$ 77.453.016,81	Renda Fixa			
						Total R\$ 198.120.321,78
BANCO BRASIL	CARTERA LONGO PRAZO (NTN-B)	R\$ 1.339.769.345,75	Renda Fixa	63,74%	100%	Art 7º, III - Títulos Públicos
						Total R\$ 1.339.769.345,75
GENIAL	PIATA FI RF LP PREV. CRED. PRIV	R\$ 534.048,55	Crédito Privado	0,03%	0%	Artigo 7º, VII - Fundo de Invest. Crédito Privado
						Total R\$ 534.048,55
CM CAPITAL	FIDC GGR PRIME I	R\$ 7.932.021,89	Renda Fixa - FIDC	0,85%	0%	Artigo 7º, IX Fundo/Classe FIDC Subclasse Sênior
TRUSTEE	ILLUMINATI FIDC	R\$ 4.428.969,99	Renda Fixa - FIDC			
RJI	LME REC MULT IPCA - FIDC-SEN	R\$ 4.939.143,52	Renda Fixa - FIDC			
SANTANDER	BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 177.140,30	Renda Fixa - FIDC			
RJI	INCENTIVO MULTISSETORIAL I - FIDC	R\$ 331.023,46	Renda Fixa - FIDC			
						Total R\$ 17.808.299,46
RJI	FI MULT SCULPTOR CREDITO PRIVADO	R\$ 14.222.885,73	Multimercado	0,68%	15%	Artigo 10º, I - Fundo Invest Multimercado
						Total R\$ 14.222.885,73
RJI	HAZ FII	R\$ 10.947.335,19	Imobiliário	1,02%	0%	Artigo 11º Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII)
RJI	FII BR HOTEIS	R\$ 9.370.391,28	Imobiliário			
TRUSTEE	FI IMOB INFRA REAL ESTATE FII	R\$ 1.122.260,08	Imobiliário			
						Total R\$ 21.439.986,55
RJI	INFRA SETORIAL FIP MULTI	R\$ 19.482.681,75	FIP	1,57%	0%	Artigo 10º, III Fundo/Classe de Investimento em Participações (FIP)
RJI	W7 FIP	R\$ 608.705,02	FIP			
RJI	FIP GESTAO EMPRESARIAL FIP MULTI	R\$ 0,00	FIP			
BNY MELLON	BRASIL FLORESTAL FIP MULTI	R\$ 3.952.169,38	FIP			
BFL	FP2 FIP MULTISTRATEGIA	R\$ 9.011.666,08	FIP			
RJI	GERACAO DE ENERGIA FIP MULTI	R\$ 0,00	FIP			
						Total R\$ 33.055.222,23
BRANDESCO	PLURAL DIV FIF CLASSE INVEST EM AC	R\$ 31.030.466,45	Ações	12,85%	40%	Artigo 8º, I Fundo/Classe de Investimento em Ações
BRANDESCO	BAHIA VAL FIF CLASS DE INVEST C. RL	R\$ 55.207.200,26	Ações			
BRANDESCO	ICT VANG DIVID FIF CIA RL	R\$ 89.059.573,23	Ações			
ITAU	ITAUDUNAMS FIC	R\$ 114.788.587,88	Ações			
						Total R\$ 270.085.807,62
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 1.763.232.579,04		83,88%	Resolução CMN Nº 5272/2025	
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 270.085.807,62		12,85%		
TOTAL SEGMENTO EXTERIOR		R\$ 0,00		0,00%		
TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADOS		R\$ 47.278.107,96		2,25%		
TOTAL SEGMENTO FII		R\$ 21.439.986,55		1,02%		
TOTAL GERAL		R\$ 2.102.036.481,17		100,00%		

Marcos André Breda
Diretor Presidente

Douglas Henrique Muncelli
Diretor Administrativo e Financeiro

ABRIL - Data de Referência: 28/04/2026 - Comitê de Investimentos - Pauliprev							
Ativos	Saldo Inicial	Aplicações	Reprocess	Resgates	Rendimento	Rend %	Saldo Final
BANCO DO BRASIL S/S NTN-B	R\$ 1.322.228.080,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.541.265,21	1,327%	R\$ 1.339.769.345,75
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RF	R\$ 118.592.755,73	R\$ 1.548.789,64	R\$ 0,00	-R\$ 937.619,69	R\$ 1.463.379,29	1,234%	R\$ 120.667.304,97
BB PREV RET TOTAL	R\$ 76.552.824,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 900.191,92	1,176%	R\$ 77.453.016,81
BB PREV PERFL	R\$ 85.824.157,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 930.985,18	1,085%	R\$ 86.755.142,40
DI INST PREMIUM (PREV DE NC.)	R\$ 56.094.377,97	R\$ 9.034.574,78	R\$ 0,00	-R\$ 14.898.348,55	R\$ 639.255,98	1,140%	R\$ 50.869.860,18
DI INST PREMIUM (ADM)	R\$ 18.889.553,86	R\$ 892.022,64	R\$ 0,00	-R\$ 761.464,48	R\$ 209.379,26	1,108%	R\$ 19.229.491,28
DI INST PREMIUM (FOR)	R\$ 23.173.509,33	R\$ 220.994,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 252.641,15	1,090%	R\$ 23.647.144,79
DI INST PREMIUM (FINANCEIRO)	R\$ 10.624.647,42	R\$ 8.677.792,33	R\$ 0,00	-R\$ 8.292.498,28	R\$ 175.280,85	1,650%	R\$ 11.185.222,32
BAHIA BBM VALUATION II FIC DE FIA	R\$ 54.775.539,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 431.660,77	0,788%	R\$ 55.207.200,26
FLURAL DIVIDENDOS FC CIA	R\$ 30.851.629,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.837,15	0,580%	R\$ 31.030.466,45
ICT VANG DIVID FFC CIA RL	R\$ 68.343.327,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 716.245,89	1,048%	R\$ 69.059.573,23
ITAU DUNAMS FIA	R\$ 109.335.056,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.453.510,79	4,988%	R\$ 114.788.567,68
FUNDOS LIQUIDOS	R\$ 1.975.285.459,98	R\$ 20.374.173,70	R\$ 0,00	-R\$ 24.889.931,00	R\$ 28.892.633,44	1,46%	R\$ 1.999.662.336,12
TOWER RE FI IMA-B 5	R\$ 1.610.413,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 20.450,81	-1,270%	R\$ 1.589.962,41
TOWER II RF FI IMA-B 5	R\$ 9.177.064,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.113,99	0,579%	R\$ 9.230.178,96
PIATA FI RF LP PREV. CRED. PRIV	R\$ 544.123,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 10.075,01	-1,852%	R\$ 534.048,55
TMJ IMA B FI RF	R\$ 3.619.608,44	R\$ 0,00	-R\$ 878.462,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 2.741.146,01
FRF PYXIS INSTITUCIONAL IMA B	R\$ 1.789.152,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 36.737,81	-2,053%	R\$ 1.752.415,15
INCENTIVO MULTISETORIAL I	R\$ 335.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.422,59	-1,318%	R\$ 331.023,46
LIME FIDC SENIOR	R\$ 4.963.302,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 24.159,26	-0,487%	R\$ 4.939.143,52
BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 178.133,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 993,02	-0,557%	R\$ 177.140,80
FIDC GGR PRIME I	R\$ 8.306.427,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 360.808,00	-R\$ 13.597,48	-0,164%	R\$ 7.932.021,69
ILLUMINATI FIDC	R\$ 5.932.500,41	R\$ 0,00	-R\$ 1.503.530,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 4.428.969,99
FP2 FI MULTISTRATÉGIA	R\$ 9.302.591,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 290.925,17	-3,127%	R\$ 9.011.666,08
FI MULTIMERCADO SCULPTOR	R\$ 14.272.521,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 49.636,11	-0,348%	R\$ 14.222.885,73
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
ATICO FLORESTAL	R\$ 3.953.240,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.071,35	-0,027%	R\$ 3.952.169,38
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
W7 FIP	R\$ 609.731,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.026,18	-0,168%	R\$ 608.705,02
HAZ FII	R\$ 10.961.113,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 38.367,95	R\$ 24.589,91	0,224%	R\$ 10.947.335,19
FII BR HOTELS	R\$ 9.375.683,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 5.292,13	-0,056%	R\$ 9.370.391,28
INFRA SETORIAL FIP MULTISTRATÉGIA	R\$ 19.481.433,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.248,36	0,006%	R\$ 19.482.681,75
IMOBILIÁRIO INFRA REAL ESTATE FII	R\$ 1.127.068,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.529,45	-R\$ 2.278,89	-0,202%	R\$ 1.122.260,08
TOTAL	R\$ 2.080.825.016,83	R\$ 20.374.173,70	-R\$ 2.381.992,85	-R\$ 25.291.636,40	R\$ 28.510.919,89	1,37%	R\$ 2.102.036.481,17

Já no mês de Abril/2026 (conforme a referência da tabela de acompanhamento), a carteira de investimentos da Pauliprev apresentou desempenho positivo, evidenciando a consistência da estratégia de alocação e a resiliência do portfólio diante das oscilações do mercado.

O crescimento consolidado no período foi de R\$ 21.211.464,34. O saldo inicial da carteira, de R\$ 2.080.825.016,83, avançou para R\$ 2.102.036.481,17 ao final do mês. Mesmo com resgates no montante de R\$ 25.291.636,40 o resultado permaneceu amplamente positivo, impulsionado pelo desempenho dos ativos e pela rentabilidade dos fundos, aliado também às aplicações realizadas no período, que totalizaram R\$ 20.374.173,70.

Entre os destaques de rentabilidade do período, sobressaíram os ativos de perfil mais dinâmico e alguns fundos específicos, como o Itaú Dunamis FIA (com expressiva alta de 4,988%) e o DI Inst Premium (Financeiro) (com 1,650%).

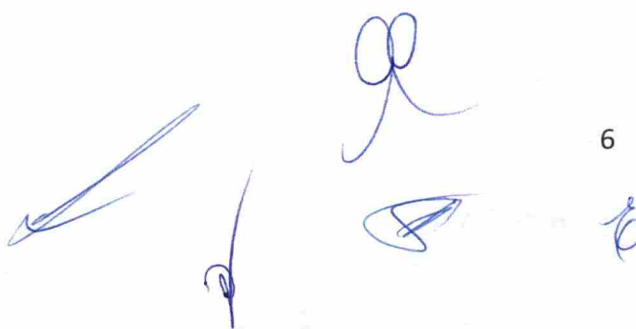
De modo geral, os fundos líquidos, que constituem o núcleo da estratégia de segurança e liquidez da Pauliprev, encerraram o período com saldo final de R\$ 1.999.662.336,12, após um rendimento de R\$ 28.892.633,44, equivalente a 1,46%, sendo os principais responsáveis pelo desempenho positivo da carteira.

Já os fundos estruturados/estruturais (identificados na parte inferior da tabela), que totalizam R\$ 102.374.145,05 ao final do período, apresentaram resultado negativo de R\$ 381.713,55, correspondente a -0,36%, refletindo oscilações pontuais típicas desse segmento, ainda em processo de recuperação de ativos e liquidação.

Por fim, a carteira totalizou uma rentabilidade global de 1,37%, gerando um retorno absoluto de R\$ 28.510.919,89.

O desempenho da carteira em Abril/2026 reforça a solidez da política de investimentos adotada, com resultados robustos mesmo em cenário de volatilidade, sustentados pela diversificação e pela predominância de ativos líquidos de baixo risco.

As Autorizações de Aplicação e Resgate (APR), que detalham cada operação financeira realizada nas carteiras do RPPS — incluindo ativos, origem e destino dos recursos, valores movimentados e justificativas — foram devidamente analisadas pelo Conselho Fiscal, que não apresentou objeções, permanecendo todos os documentos disponíveis para consulta no site oficial.



Destacamos as seguintes amortizações no mês de Abril /2026:

No dia 09 de abril de 2026, a Pauliprev recebeu recursos provenientes de Rendimentos do Fundo Haz Imobiliário, no valor de R\$ 46.637,12 (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e sete reais e doze centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

No dia 15 de abril de 2026, a Pauliprev recebeu rendimentos provenientes do Fundo Infra Real Estate (Prev), no valor de R\$ 2.529,45 (dois mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

No dia 17 de abril de 2026, a Pauliprev recebeu Amortização do Fundo GGR Prime, inscrito no CNPJ nº 17.013.985/0001-92, no valor de R\$ 360.807,99 (trezentos e sessenta mil oitocentos e sete reais e noventa e nove centavos). O referido montante financeiro teve como instituição financeira de origem a Caixa Econômica Federal (CEF), no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

Item 4º da ordem do dia: O conselho analisou os documentos de empenhos disponibilizados referentes ao mês de abril/2026 onde foi constatado que: Os repasses da Prefeitura Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 12.642.303,71, sendo R\$ 5.116.695,42 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 7.525.608,29 destinados ao Plano Financeiro, sendo depositados conformes APR's. Os repasses da Câmara Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 254.844,89, sendo R\$ 73.321,67 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 181.523,22 destinados ao Plano Financeiro. Também se verificou o recebimento de R\$ 68.990,49 referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e PAULIPREV e R\$ 2.296,75 referente ao Termo de Convênio entre Câmara e PAULIPREV, ambos relacionados aos serviços prestados pelo setor de perícias do RPPS. Verificou-se também o recebimento das parcelas 068/200 dos parcelamentos previdenciários nos 406 e 408/2020 totalizando R\$ 682.599,93, sendo R\$ 208.124,72 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 474.475,21 destinados ao Plano Financeiro, bem como da parcela 55/60 do parcelamento previdenciário nº 828/2021 totalizando R\$ 188.601,62, sendo R\$ 57.504,64 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 131.096,98 destinados ao Plano Financeiro. Também foi identificado recebimentos de COMPREV, entre o RGPS e outros RPPS's no valor de R\$ 2.067.700,44 (R\$ 2.072.917,47 de recebimentos e 5.217,03 de pagamentos), sendo R\$ 1.147.084,25 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 920.616,19 destinados ao Plano Financeiro.

Também foram observadas as remunerações de acordo com o RESUMO GERAL DA FOLHA. Do Plano Previdenciário o pagamento de Aposentados totalizou R\$ 15.480.209,38 (1.360), e o pagamento de Pensionistas totalizou R\$ 750.854,81 (107). Do Plano Financeiro o pagamento de Aposentados totalizou R\$ 7.830.779,33 (704), e o pagamento de Pensionistas totalizou R\$ 701.097,53 (87). Dos servidores Ativos o pagamento totalizou R\$ 449.881,86 (31). Dos Estagiários o pagamento totalizou R\$ 1.364,00 (1). Dos Conselheiros o pagamento totalizou — R\$ 32.043,76 (14).

No tocante aos empenhos, foi questionado pela conselheira Eliete o empenho de números 02 e 04 além de 06 e 08 que correspondeu ao adiantamento da 1ª parcela do 13º salário dos aposentados e pensionistas que correspondeu respectivamente o montante de R\$ 109.504,51 e R\$ 2.766,47

Observou-se ainda que os empenhos sob números 68, 69 e 70 (linha fixa, internet e móvel respectivamente) correspondem ao novo fornecedor de serviços de telefonia. No empenho nº378 foi questionado sobre a fase atual do censo, tendo a informação que já foi efetuado atualmente o pagamento da 7ª parcela.

No que concerne às requisições de pequeno valor (RPVs), foi informado que ocorreram no mês de Abril/26, apenas 7 empenhos que corresponderam ao total de R\$ 64.067,41 , porém somente do Plano Previdenciário.

Análise do Balancete de Receitas de Abril de 2026

No mês de Abril 2026, as receitas da Pauliprev apresentaram comportamento compatível com o início do exercício financeiro, com arrecadação ainda concentrada nas receitas previdenciárias e intraorçamentárias. O total arrecadado no mês atingiu R\$ 20.301.325,00, considerando receitas correntes e intraorçamentárias, evidenciando fluxo regular de ingresso de recursos no período.

As contribuições previdenciárias, compreendendo servidores ativos, inativos e pensionistas, somaram R\$ 7.368.176,87, mantendo-se como principal fonte de custeio do regime. Destaca-se a arrecadação dos servidores ativos da Prefeitura, tanto no plano previdenciário quanto financeiro, que representaram a maior parcela dentro desse grupo de receitas.



8

As receitas intraorçamentárias (Total Receitas Correntes - Intra OFSS), especialmente as contribuições patronais e parcelamentos, totalizaram R\$ 10.860.230,66, reforçando a importância dos repasses do ente federativo para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto.

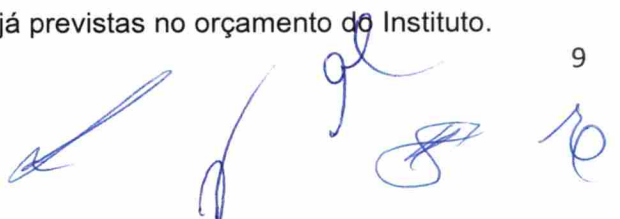
No que se refere às demais receitas correntes (Total Outras Receitas Correntes), estas alcançaram R\$ 2.072.917,47, com destaque para a compensação previdenciária entre regimes (COMPREV), que totalizou aproximadamente R\$ 2.072.917,47 (sendo R\$ 1.147.084,25 do plano previdenciário e R\$ 925.833,22 do plano financeiro), demonstrando a continuidade do fluxo de recuperação de créditos previdenciários.

Observa-se, ainda, que a receita patrimonial não registrou arrecadação no mês (R\$ 0,00), mantendo o acumulado do ano em R\$ 39.092.200,11 para uma previsão de R\$ 80.000.000,00. De forma geral, o comportamento das receitas em Abril de 2026 reflete a sazonalidade típica do início do exercício, com tendência de evolução ao longo dos meses, à medida que se consolidam as arrecadações previdenciárias, aportes e receitas financeiras.

A conselheira Nara questionou o que se entenderia por "aporte de cobertura de déficit", obtendo a resposta do contador Willian de que corresponde, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 128/25, a todo recurso proveniente de IRRF de aposentados e pensionistas que deve ser reencaminhado aos cofres da Pauliprev. Willian ainda expôs que o valor deve ser pago até o dia 20 do mês posterior, sendo que a vigência deste recurso se iniciou a partir de 1º de janeiro. Para contar com o retorno imediato, a Pauliprev começou a realizar o pagamento adiantado, o que faz com que a Prefeitura reencaminhe o valor no mesmo mês.

Nara também questionou o item "Perícia Médica", observando que já se teria utilizado cerca de 33% (R\$ 267.929,27) do valor empenhado para o ano (R\$ 800 mil) ainda no primeiro semestre, demonstrando, portanto, sua preocupação. Com isso, teve a devolutiva do contador de que esses valores não são fixos no mês, mas que, se descontarmos os meses já pagos e observarmos o valor faltante, no decorrer do ano o total irá chegar próximo ao montante previsto, equalizando as porcentagens.

Observado ainda pela conselheira que, do total de dotação para o ano à Pauliprev, que corresponde a R\$ 341.000,00, o Instituto já empenhou o total de R\$ 299.000,00, Willian explicou que neste valor empenhado já se encontram todas as folhas de pagamento, contratos, despesas fixas, dissídios, entre outros, até dezembro/26. Questionado caso o valor não seja suficiente, o contador explicou que será necessário realizar um novo Projeto de Lei junto à Câmara, tratando-se de uma transposição orçamentária para realocar receitas já previstas no orçamento do Instituto.



A seguir, o contador citou que no mês de agosto de cada ano é realizada uma projeção orçamentária (receita e despesa) para o ano posterior, baseada nos valores apresentados no decorrer do semestre.

Análise do Balancete de Despesas – Abril de 2026

O balancete de despesas da Pauliprev referente ao mês de Abril de 2026 demonstra execução orçamentária inicial dentro da normalidade, com despesa paga no mês de R\$ 25.527.334,62 frente a uma dotação atual de R\$ 341.100.000,00, mantendo saldo orçamentário significativo disponível para o exercício.

As despesas previdenciárias continuam representando o principal compromisso financeiro da autarquia. Os pagamentos com aposentadorias somaram aproximadamente R\$ 23.310.988,71 no mês, considerando os planos previdenciário (R\$ 15.480.209,38) e financeiro (R\$ 7.830.779,33), enquanto as pensões atingiram cerca de R\$ 1.451.952,34 (R\$ 750.854,81 do plano previdenciário e R\$ 701.097,53 do financeiro), evidenciando a predominância dos benefícios na estrutura de gastos do regime. No âmbito administrativo, destacam-se as despesas com vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil, no valor de aproximadamente R\$ 412.888,53, além dos gastos com serviços de terceiros – pessoa jurídica (Outros Serviços de Terceiros - PJ), que somaram cerca de R\$ 54.801,63 pagos no mês, e os serviços de tecnologia da informação, no montante de R\$ 34.818,68, refletindo a manutenção das atividades operacionais do Instituto.

Ressalta-se que diversas dotações permaneceram sem execução no período, como aquelas destinadas à construção da nova sede, aquisição de equipamentos, capacitação e parte das despesas com sentenças judiciais, o que é compatível com o planejamento financeiro e o estágio inicial da execução orçamentária. O total empenhado acumulado já atinge R\$ 299.558.932,35, demonstrando que grande parte das despesas obrigatórias, especialmente previdenciárias, já se encontra comprometida, ainda que a execução financeira ocorra ao longo do exercício.

O cenário das despesas em abril confirma que a condução orçamentária caminha em estrita sintonia com a finalidade previdenciária do Instituto. A gestão prioriza a segurança e a previsibilidade no pagamento dos benefícios aos segurados, mantendo, em paralelo, um controle rigoroso sobre os custos administrativos e o zelo pelo equilíbrio financeiro da autarquia

Item 5º da ordem do dia. O colegiado teve conhecimento dos 15 processos de aposentadorias e 01 de pensão referente ao mês Abril de 2026. Os processos foram disponibilizados na sede da autarquia para consulta.

Matrículas dos Aposentados e Pensionistas: 0003-0, 0055-0, 7874-0, 2065-0, 5903-1, 12517-0, 7866-0, 6466-0, 3815-0, 4062-0, 9051-0, 7682-0, 3090-0, 8679-0, 8928-0, 2267-0

Item 6º da ordem do dia. O Conselho Fiscal, no decorrer da conferência dos documentos contábeis e fiscais, bem como da discussão de outros assuntos pertinentes a este colegiado, fez algumas observações e sugestões:

Foi destacada a realização da eleição para a Presidência do Conselho Fiscal, realizada de forma online em razão do encerramento do mandato de 12 meses do conselheiro Adelson. Na ocasião, o conselheiro Reginaldo Naves apresentou-se como candidato único e foi eleito por unanimidade pelos votantes para um novo ciclo de 12 meses à frente do colegiado, assumindo a presidência na presente reunião. Na sequência, o Sr. Adelson agradeceu pelo período em que exerceu o cargo e colocou-se à disposição para colaborar continuamente com a nova gestão.

A conselheira Eliete questionou o contador sobre a questão do fundo de Oscilação de Risco, perguntando se teriam ocorrido os pagamentos da Prefeitura e da Câmara, conforme estabelecido na Lei. Segundo William, a primeira parcela foi paga ainda em 17 de dezembro do ano anterior, tanto pela Prefeitura como pela Câmara, correspondendo, respectivamente, a R\$ 7.466.944,36 e R\$ 220.994,31. Já no mês de janeiro, a Prefeitura realizou o pagamento da sua 2ª parcela e, no mês de fevereiro, finalizou, pagando a 3ª e última parcela (de mesmo valor). A Câmara realizou o pagamento de sua 2ª parcela em abril (mesmo valor que o anterior). Até a data desta reunião, a Câmara não havia liquidado os seus pagamentos, porém o prazo máximo corresponde a 01 de julho.

A conselheira Eliete então lembrou o vídeo que o vereador Tiguila teria divulgado durante a semana, destacando a existência de um investimento de Paulínia relacionado à família Vorcara. Segundo Adelson, este investimento encontra-se na carteira do BR Hotéis em BH, hotel que foi projetado ainda para a Copa do Mundo, quando a sede seria no Brasil, porém não foi finalizado a tempo, apesar de contar com vários incentivos na época. Atualmente, encontra-se quase finalizado e com mudança de destinação (de hotel para hospital), e objetiva-se vendê-lo e distribuir o valor da venda.

Conforme deliberado nas três reuniões anteriores, nas quais foi destacada a importância da realização de reuniões presenciais para ampliar a participação dos servidores ativos e inativos, o Conselho Fiscal

consignou que, caso o Conselho Administrativo não retomasse as reuniões presenciais, seriam adotadas as medidas cabíveis, nos termos do Regimento Interno. Nesse sentido, o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Reginaldo, comunicará formalmente a situação ao Diretor-Presidente, apresentando a questão e solicitando a adoção das providências pertinentes.

Ainda em relação ao Conselho Administrativo, o Presidente deste colegiado também documentará ao Diretor-Presidente a importância de o Conselho Fiscal contar com esclarecimentos de temas apresentados ao Conselho Administrativo pertinentes a este colegiado de forma independente, ou seja, os membros do Conselho teriam acesso ao material previamente e o responsável pelo assunto realizaria esclarecimentos conforme dúvidas originadas pelo grupo. Vale destacar que a Presidente do Conselho Administrativo realizou contato com o Presidente do Conselho Fiscal anteriormente, diante da solicitação do ofício onde as conselheiras Eliete e Nara solicitavam a participação naquele Conselho quando de assuntos importantes para o grupo fiscal, expondo que levaria a questão aos demais membros do Conselho Administrativo.

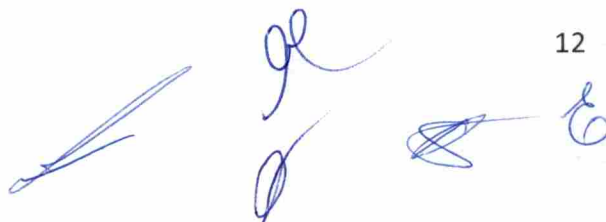
Quanto ao Relatório Gerencial já apresentado ao Conselho Administrativo, foi estabelecida a importância da leitura do material, e as dúvidas elencadas seriam encaminhadas ao Controlador Interno, responsável pelo mesmo, para os devidos esclarecimentos ao grupo.

Questionado o Diretor-Presidente do Instituto sobre as devolutivas do atuário quanto aos questionamentos deste colegiado, o mesmo citou que acredita que contaremos com o retorno na próxima semana.

Em relação às sugestões apresentadas pelo atuário quanto às mudanças na segregação de massas, o Diretor-Presidente citou que protocolou, junto à Prefeitura, o relatório de hipóteses e a proposta de revisão da segregação de massas, cabendo agora ao Prefeito a análise e a tomada de decisões. Reginaldo ainda questionou ao Diretor-Presidente se não se poderia contar com 3 avaliações atuariais independentes para então ocorrer a contratação, visando conseguir resultados mais confiáveis. André respondeu que isso geraria outro problema, uma vez que atuários não contestam o trabalho de outro profissional da área, não adiantando, assim, a efetivação deste tipo de avaliação.

Ficou consignado que todos os documentos mencionados na presente reunião foram previamente encaminhados aos conselheiros para leitura e análise.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.



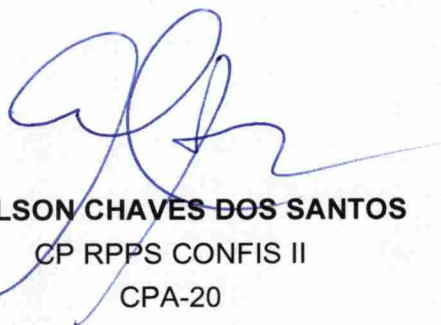
Paulínia, 16 de Junho de 2026.



REGINALDO APARECIDO NAVES

Presidente Conselho Fiscal

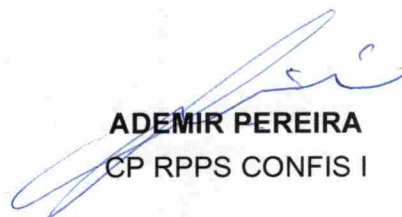
CP RPPS CONFIS I



ADELSON CHAVES DOS SANTOS

CP RPPS CONFIS II

CPA-20



ADEMIR PEREIRA

CP RPPS CONFIS I



NARA MARTINS MORETTI

CP RPPS CONFIS I



ELIETE MARIA DA SILVA

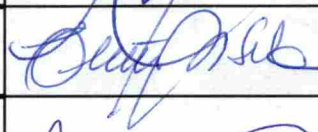
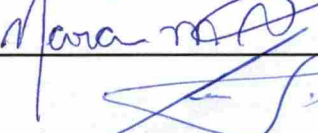
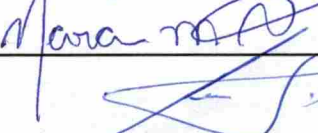
CP RPPS CONFIS I



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL
23 de Julho de 2026, às 8h00

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	ADELSON CHAVES DOS SANTOS	
3	ELIETE MARIA DA SILVA	
4	NARA MARTINS MORETTI	
5	REGINALDO APARECIDO NAVES	